

MARCELO MAZZOLA
NATHALIA RIBEIRO
COORDENADORES

IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NA ADVOCACIA

PROJETO “QUARTAS PROCESSUAIS”

BOOKS BY
AUTHORS 

Livro também disponível na plataforma
www.booksbyauthors.com

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Impactos do Código de Processo Civil de 2015 na advocacia – Projeto “Quartas Processuais”.

Coordenadores: Marcelo Mazzola, Nathalia Ribeiro. – Londrina, PR: Thoth, 2021.

413 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-013-1

1. Processo Civil. 2. CPC/15. 3. Advocacia. 4. Título. I. Mazzola, Marcelo. II. Ribeiro, Nathalia.

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os coordenadores.

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

1192448

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil :

341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE OS COORDENADORES	5
SOBRE OS AUTORES	7
APRESENTAÇÃO	11

CAPÍTULO 1**Fredie Didier Jr.****Rafael Alexandria de Oliveira**

O USO DA TECNOLOGIA <i>BLOCKCHAIN</i> PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E NEGÓCIOS PROBATÓRIOS SEGUNDO A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA.....	25
--	----

Introdução.....	26
-----------------	----

1 A Lei de Liberdade Econômica e a ampliação do uso do documento eletrônico: armazenamento em meio eletrônico de documentos públicos ou privados.....	26
---	----

2 Documento eletrônico: a questão da segurança e da confiabilidade	29
--	----

3 A presunção de autenticidade, integridade e confidencialidade do documento eletrônico certificado no padrão da ICP-Brasil. 33	
---	--

4 A previsão de hipótese típica de negócio jurídico sobre prova.....	33
--	----

5 Blockchain.....	35
-------------------	----

5.1 O que é blockchain.....	35
-----------------------------	----

5.2 Segurança e imutabilidade	38
-------------------------------------	----

5.3 Transparência	39
-------------------------	----

5.4 <i>Blockchain</i> como prova atípica.....	40
---	----

5.5 <i>Blockchain</i> como forma de garantir a autoria, integridade e confidencialidade de documento eletrônico	43
---	----

Conclusão	44
-----------------	----

Referências	45
-------------------	----

CAPÍTULO 2

Alexandre Freitas Câmara

A AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO EM JULGAMENTOS NÃO UNÂNIMES	47
--	----

Introdução.....	47
-----------------	----

1 A ampliação do colegiado no julgamento da apelação	48
--	----

2 A ampliação do colegiado no julgamento do agravo de instrumento.....	53
--	----

3 A ampliação do colegiado no julgamento da ação rescisória..	54
---	----

4 Outros recursos em que pode haver ampliação de colegiado: recurso ordinário, agravo interno, embargos de declaração	58
---	----

5 Casos em que não se aplica a técnica de ampliação do colegiado.....	60
---	----

Conclusões	61
------------------	----

Referências	61
-------------------	----

CAPÍTULO 3

Rodrigo Fux

OS INFLUXOS DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015	63
--	----

Referências	87
-------------------	----

CAPÍTULO 4

Marcelo Mazzola

CONTRADITÓRIO E DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO NO CPC/15: AVANÇOS, RETROCESSOS E NOVOS FILTROS INTERPRETATIVOS. A DICOTOMIA ENTRE “FUNDAMENTO LEGAL” E “FUNDAMENTO JURÍDICO” NA VISÃO DO STJ	91
--	----

Introdução.....	91
-----------------	----

1 Contraditório.....	92
----------------------	----

2 Dever de fundamentação judicial.....	98
--	----

3 Avanços, retrocessos e novos filtros interpretativos	101
--	-----

3.1 Avanços	102
-------------------	-----

3.2 Retrocessos	104
-----------------------	-----

3.3 Novos filtros interpretativos.....	106
--	-----

4 A dicotomia entre “fundamento legal” e “fundamento jurídico”	
--	--

na visão do STJ	108
Conclusão	111
Referências	112

CAPÍTULO 5

Bruno Augusto Sampaio Fuga

A PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA E SEUS ASPECTOS GERAIS E CONTRADITÓRIOS	119
1 Noções gerais sobre a produção antecipada de prova	119
2 Requisitos, rol de cabimento, competência e prevenção	122
3 Convenção processual, petição inicial e cumulação de pedidos	127
4 Citação, interessados e terceiros	128
5 Prescrição, prova emprestada, defesas e recursos	130
6 Natureza da sentença e ônus de sucumbência	132
Referências	137

CAPÍTULO 6

Flávia Pereira Hill

DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 6.204/2019.....	143
Introdução: O fenômeno da desjudicialização da solução dos conflitos no Brasil	143
1 Perspetiva bifronte da desjudicialização	146
2 Nova configuração dos cartórios extrajudiciais	149
3 Código de Processo Civil de 2015: Sedimentação do novo conceito de jurisdição e fortalecimento da cooperação entre as esferas judicial e extrajudicial.....	150
4 Desjudicialização x Desestatização	150
5 A desjudicialização da execução civil no Brasil	151
6 Projeto de Lei nº 6204/2019: Análise de alguns pontos sensíveis.....	155
6.1 Cabimento da execução extrajudicial: Artigos 1º e 6º do Projeto.....	155
6.2 Obrigatoriedade (ou prioridade) da via extrajudicial para as execuções novas e facultatividade para as execuções judiciais pendentes. Artigo 25 do Projeto de Lei.....	157
6.3 Assistência por advogado: artigo 2º do Projeto.....	158
6.4 Agente de execução: Artigo 3º do Projeto	160

6.5 Tabelionato com atribuição (“competente”): Artigo 7º do Projeto.....	162
6.6 Meios de impugnação: Artigos 18 a 21 do Projeto	163
6.7 Emolumentos e Gratuidade de Justiça: Artigos 5º e 28 do Projeto.....	164
6.8 Certidão de insuficiência de bens: Artigo 15 do Projeto..	165
6.9 Formulários: Artigo 26 do Projeto	165
Conclusão: A necessária cooperação entre as esferas judicial e extrajudicial. da tradicional lógica do “nós ou eles” para a lógica do “nós e eles”	165
Anexo I	167
Referências	167

CAPÍTULO 7

Darci Guimarães Ribeiro

A FASE DE ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO NO CPC ...	173
Prolegômenos	173
1 Da importância constitucional desta fase e seus requisitos implementadores	175
2 Conteúdo da organização do processo	178
2.1 Tentativa de conciliação	178
2.2 De limitação das questões de fato.....	179
2.3 Distribuição do ônus da prova	180
2.4 Teoria clássica	181
2.5 Teoria da inversão do ônus da prova	181
2.6 Teoria dinâmica do ônus da prova	182
2.7 Teoria da presunção judicial ou aparência do fato (<i>Anscheinsbeweis</i>).....	183
2.8 Regra de instrução ou julgamento.....	183
2.9 Delimitação das questões de direito e <i>iura novit curia</i>	184
2.10 Designação da audiência de instrução e julgamento.....	186
Referências	186

CAPÍTULO 8

Rodrigo Cunha Mello Salomão

CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/15 E A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS	189
Introdução.....	189
1 O “problema delicado” da recorribilidade das decisões	

interlocutórias.....	190
2 Breve histórico do agravo de instrumento no ordenamento jurídico brasileiro.....	192
3 O rol do art. 1.015, do CPC/15 e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.....	194
4 Cabimento do agravo de instrumento na prática dos Tribunais.....	201
Conclusão.....	209
Bibliografia.....	212

CAPÍTULO 9

Nathalia Ribeiro

PLATAFORMAS ONLINE DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO FERRAMENTAS PARA DESAFOGAR O JUDICIÁRIO

Introdução.....	213
1 Breves considerações sobre a justiça multiportas e os métodos adequados de solução de conflitos (ADR).....	215
2 Online Dispute Resolution (ODR).....	217
3 A experiência estrangeira com as plataformas online de resolução de conflitos.....	219
4 As plataformas online como forma de solução de conflitos nacionais.....	224
Conclusão.....	226
Referências bibliográficas.....	227

CAPÍTULO 10

Alexandre Flexa

UMA RESENHA SOBRE A ATIVIDADE ADVOCATÍCIA

1 Antecedentes históricos da função de advogado.....	231
2 O advogado na Constituição da República.....	232
3 Lei de regência da carreira de advogado e a Ordem dos Advogados do Brasil.....	233
3.1 Exercício da advocacia e inscrição nos quadros da OAB.....	233
3.2 Sociedade de advogados.....	234
3.3 Advogado empregado.....	235
3.4 Estagiário.....	236
4 Divulgação dos serviços profissionais prestados por advogado.....	237

5	Procuração/mandato e substabelecimento.....	238
6	Sigilo.....	241
7	Honorários advocatícios	242
8	Honorários advocatícios sucumbenciais	245
9	A Fazenda Pública e os honorários sucumbenciais	248
10	Honorários sucumbenciais na fase recursal.....	249
11	Direitos do advogado e sua relação com os poderes e órgãos públicos.....	250
12	Imunidades e prisão.....	254
12.1	Imunidade e prisão relativas à atividade de advocacia	254
12.2	Imunidade e prisão relativas à pessoa do advogado	254
	Conclusão.....	255
	Referências bibliográficas.....	255

CAPÍTULO 11

José Roberto Mello Porto

DEFENSORIA PÚBLICA NA TUTELA COLETIVA: LEGITIMIDADE ATIVA E INTERVENÇÃO COMO CUSTOS VULNERABILIS	257
Introdução.....	257
1 Legitimidade ativa.....	257
2 Intervenção como custos <i>vulnerabilis</i>	265
Referências	271

CAPÍTULO 12

Felipe Barreto Marçal

LEVANDO A FUNGIBILIDADE RECURSAL A SÉRIO: PELO FIM DA “DÚVIDA OBJETIVA”, DO “ERRO GROSSEIRO” E DA “MÁ-FÉ” COMO REQUISITOS PARA A APLICAÇÃO DA FUNGIBILIDADE E POR SUA INTEGRAÇÃO COM O CPC/15.....	273
Introdução.....	273
1 A fungibilidade recursal “tradicional”.....	274
2 Princípio da primazia de resolução do mérito.....	277
3 Regime de invalidades e nulidades do CPC	278
4 Microssistema recursal: encerrando o isolamento das espécies recursais	279
5 Releitura da fungibilidade recursal: o fim da “dúvida objetiva” e do “erro grosseiro”	281

6 Princípio da conversibilidade (ou convertibilidade) recursal como alternativa complementar à fungibilidade e como “fechamento do sistema” de aproveitamento recursal.....	284
Conclusão.....	285
Referências bibliográficas.....	286

CAPÍTULO 13

Amanda de Lima Vieira

OS DESAFIOS DO PROCESSO NA PÓS-MODERNIDADE.....	291
Introdução.....	291
1 Modernidade e pós-modernidade	292
1.1 Aspectos históricos e sociais.....	292
2 O direito na pós-modernidade	296
3 Os desafios do processo na pós-modernidade.....	299
Conclusão.....	301
Bibliografia	302

CAPÍTULO 14

Marcelo Ribeiro

LEVANDO A SÉRIO AS NORMAS FUNDAMENTAIS.....	305
Introdução.....	305
1 A influência do paradigma filosófico para a construção do sistema processual.....	308
2 Os vetores hermenêuticos por meio dos quais devemos compreender, interpretar e aplicar o CPC.....	313
3 Levando a sério as normas fundamentais do CPC.....	316
Conclusão.....	319
Referências bibliográficas.....	319

CAPÍTULO 15

Flórcy Rodrigues de Santana

CONCILIAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DO TJ/RJ: UMA ANÁLISE DE SEU FUNCIONAMENTO APÓS OS TRÊS PRIMEIROS ANOS DE VIGÊNCIA DO CPC/15.....	321
Introdução.....	321
1 Direito Processual Contemporâneo - Ideário Código de Processo Civil de 2015	323
1.1 Estímulo ao consenso e a busca pela Pacificação de Conflitos.....	323

tos	323
1.2 Ressignificação do conceito de Acesso à justiça – Sistema Multiportas	324
2 Conceitos e Legislação: Conciliação X Mediação	325
2.1 Resolução CNJ nº 125/10	325
2.2 Código de Processo Civil de 2015 - Lei nº 13.105/15.....	326
3 Números da conciliação judicial: Análise de dados estatísticos do CNJ.....	327
3.1 Números do Poder Judiciário	328
4 Análise Empírica do Funcionamento da Conciliação Judicial.....	331
4.1 Pesquisa de Campo na Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.....	331
4.2 Identificação de Problemas na aplicação do instituto da conciliação	333
5 Desafios e Propostas	334
Considerações finais	335
Referências bibliográficas.....	336

CAPÍTULO 16

Lydia de Freitas Vianna

REFLEXÕES SOBRE OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS: ENTRE PROVEITO ECONÔMICO, SUCUMBÊNCIA PARCIAL E O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.....	339
--	-----

Introdução.....	339
1 A delimitação dos honorários sucumbenciais no CPC/15 e o julgamento do REsp 1.746.072 – PR.....	340
2 O que é o proveito econômico?	347
3 A superação da súmula 326 do STJ.....	351
Conclusão.....	358
Bibliografia.....	359

CAPÍTULO 17

Michel Grumach

INTERFACES ENTRE AS ALTERAÇÕES DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB), A PARTIR DA LEI Nº 13.655/18, E O PROCESSO CIVIL.....	363
--	-----

Introdução: A posição da lindb no ordenamento e a nova Lei nº	
---	--

13.655/18	363
1 Premissas da análise: as questões endereçadas pelo legislador na lei nº 13.655/18 e o consequentialismo jurídico.....	367
2 Novos parâmetros do dever de fundamentação das decisões e o processo civil.....	373
3 Regimes de transição e o processo civil.....	383
Conclusão.....	388
Referências bibliográficas.....	390

CAPÍTULO 18

Tânia de Sousa Elias

O ACESSO À JUSTIÇA E OS MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	395
Breves Considerações iniciais.....	395
1 O acesso útil à justiça e o interesse público	396
2 Os métodos adequados de resolução de conflitos.....	401
3 Breves considerações sobre a utilização dos métodos adequados de resolução de conflitos.....	403
Conclusão.....	411
Referências bibliográficas.....	412